



## **Demonstrações Financeiras Anuais Completas**

- Parecer dos auditores independentes
- Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
- Relatório da Administração

***Concessionária de Rodovias  
do Interior Paulista S.A.***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes aos Exercícios Findos em  
31 de Dezembro de 2010 e Relatório  
dos Auditores Independentes Sobre  
as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da  
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.  
Araras - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

## INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 24 de março de 2011



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Helio Wellichen  
Contador  
CRC nº 1 SP 130122/O-0

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 1º DE JANEIRO DE 2009

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota	31.12.2010	31.12.2009 (Reapresentado)	01.01.2009	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2010	31.12.2009 (Reapresentado)	01.01.2009
	explicativa					explicativa			
<b>CIRCULANTES</b>					<b>CIRCULANTES</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	301.983	41.270	24.896	Empréstimos e financiamentos	12	2.510	363.116	14.321
Contas a receber	7	14.115	11.558	10.004	Debêntures	13	94.462	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	16	44.691	24.312	-	Fornecedores		5.119	2.394	2.704
Estoques		709	270	266	Fornecedores - partes relacionadas	16	1.482	940	630
Despesas antecipadas		530	725	480	Obrigações sociais		3.332	3.185	3.309
Impostos a recuperar	9	1.290	145	110	Obrigações fiscais	14	10.317	9.153	5.811
Aplicações financeiras vinculadas	13	16.995	-	-	Outras contas a pagar		2.423	-	-
Outros créditos		414	293	404	Provisões diversas - partes relacionadas		-	-	10.019
Total dos ativos circulantes		380.727	78.573	36.160	Cauções contratuais	15	1.505	1.648	1.547
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					<b>NÃO CIRCULANTES</b>				
Aplicações financeiras vinculadas	13	196	58	21	Credores pela concessão	17	6.425	5.896	5.852
Contas a receber - partes relacionadas	16	197.000	197.000	201.801	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	18.1	2.983	2.823	1.828
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	11.535	13.954	22.947	Provisão para manutenção em rodovias	18.2	10.230	29.844	17.756
Imobilizado	10	1.094	1.069	1.041	Provisão para investimentos em rodovias	18.2		2.897	
Intangível	11	343.306	349.959	347.375	Dividendos propostos	16	15.816	6.560	3.602
Total dos ativos não circulantes		553.131	562.040	573.185	Total dos passivos circulantes		156.604	428.456	67.379
					<b>NÃO CIRCULANTES</b>				
					Empréstimos e financiamentos				
					Debêntures				
					Credores pela concessão				
					Imposto de renda e contribuição social diferidos				
					Outras contas a pagar				
					Provisão para manutenção em rodovias				
					Provisão para investimentos em rodovias				
					Total dos passivos não circulantes				
					<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
					Capital social subscrito				
					Capital social a integralizar				
					Capital social integralizado				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
TOTAL DOS ATIVOS		933.858	640.613	609.345	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		933.858	640.613	609.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	31.12.2010	31.12.2009 (Reapresentado)
RECEITA	(22)	269.001	239.826
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(23)	(105.788)	(86.150)
LUCRO BRUTO		163.213	153.676
Despesas administrativas	(23)	(17.264)	(16.507)
Remuneração da administração		(708)	(609)
Despesas tributárias		(115)	(57)
Outras receitas operacionais, líquidas		577	156
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		145.703	136.659
Receitas financeiras	(24)	35.164	25.345
Despesas financeiras	(24)	(55.045)	(48.086)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		125.822	113.918
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	(25)	(36.002)	(25.985)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	(25)	(4.962)	(9.752)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		84.858	78.181
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO		19,64	18,09

(\*) Não há resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social			Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado		legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		108.710	(558)	108.152	-	10.438	26.239	-	-	144.829
Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	(5)	-	-	-	-	-	(32.929)	-	-	(32.929)
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009		108.710	(558)	108.152	-	10.438	(6.690)	-	-	111.900
Lucro líquido do exercício originalmente apresentado		-	-	-	-	-	-	-	64.450	64.450
Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	(5)	-	-	-	-	-	-	-	13.731	13.731
Lucro líquido do exercício ajustado		-	-	-	-	-	-	-	78.181	78.181
Destinações do lucro líquido:										
Reserva legal		-	-	-	-	3.222	-	-	(3.222)	-
Dividendos distribuídos	(19)	-	-	-	-	-	(26.239)	-	-	(26.239)
Juros sobre capital próprio	(19)	-	-	-	-	-	-	-	(8.747)	(8.747)
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	(6.560)	(6.560)
Lucros retidos		-	-	-	-	-	59.652	-	(59.652)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		108.710	(558)	108.152	-	13.660	26.723	-	-	148.535
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	84.858	84.858
Destinações do lucro líquido:										
Reserva legal		-	-	-	-	4.243	-	-	(4.243)	-
Dividendos distribuídos	(19)	-	-	-	-	-	(15.000)	-	-	(15.000)
Juros sobre capital próprio	(19)	-	-	-	-	-	-	-	(5.103)	(5.103)
Dividendos propostos	(19)	-	-	-	-	-	-	-	(15.816)	(15.816)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	59.696	(59.696)	-
Lucros retidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		108.710	(558)	108.152	-	17.903	11.723	59.696	-	197.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS  
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2010 E DE 2009  
 (Em milhares de reais - R\$)

	31.12.2010	31.12.2009 (Reapresentado)
<b>FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do período	84.858	78.181
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.962	9.752
Depreciação e amortização	14.741	13.821
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	118	200
Varição monetária e juros sobre credores pela concessão	6.395	1.365
Receitas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(23.960)	(22.954)
Receitas com juros sobre aplicações financeiras vinculadas	(1.048)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	19.478	38.698
Juros sobre debêntures	26.706	-
Resultado financeiro com ajuste a valor presente	1.689	2.504
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	160	994
Provisão para manutenção em rodovias	(21.141)	(9.131)
Outros	46	17
Redução (Aumento) nos ativos operacionais:		
Estoques	(439)	(4)
Contas a receber	(2.570)	(1.554)
Outros Créditos	(121)	111
Impostos a recuperar	(905)	(35)
Despesas antecipadas	195	(245)
(Redução) Aumento nos passivos operacionais:		
Fornecedores	2.363	(418)
Fornecedores - partes relacionadas	542	310
Cauções contratuais de fornecedores	(143)	101
Obrigações sociais	147	(123)
Obrigações fiscais	4.758	6.785
Outras contas a pagar	2.423	-
Credores pela concessão	73	61
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	119.327	118.436
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de imobilizado	(485)	(369)
Adições ao intangível	(10.333)	(18.631)
Aplicações financeiras vinculadas	(42.461)	(37)
Resgate sobre as aplicações financeiras vinculadas	26.136	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(27.143)	(19.037)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	995	255.162
Pagamentos do principal	(363.871)	(234.911)
Pagamento de juros	(19.664)	(49.431)
Debêntures:		
Captações	609.189	-
Pagamento de juros	(26.014)	-
Pagamento de dividendos	(21.560)	(29.841)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(5.103)	(8.747)
Pagamento de credores pela concessão	(5.443)	(5.238)
Outras contas a pagar a ex-acionistas	-	(10.019)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	168.529	(83.025)
<b>AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>260.713</b>	<b>16.374</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	41.270	24.896
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	301.983	41.270
<b>AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>260.713</b>	<b>16.374</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u> (Reapresentado)
RECEITAS BRUTAS	272.631	238.619
Receitas de pedágio	16.703	18.739
Receita dos serviços de construção	3.712	3.548
Receitas acessórias	<u>293.046</u>	<u>260.906</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
Custos de serviços prestados	(56.427)	(37.725)
Custos dos serviços de construção	(16.703)	(18.739)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.094)	(1.820)
Custo da concessão	(15.604)	(9.439)
Perda/recuperação de valores do ativo	577	156
	<u>(90.251)</u>	<u>(67.567)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>202.795</u>	<u>193.339</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(14.741)	(13.821)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE	<u>188.054</u>	<u>179.518</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	35.164	25.345
	<u>35.164</u>	<u>25.345</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>223.218</u>	<u>204.863</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal:		
Remuneração direta	14.090	12.739
Benefícios	4.208	4.596
FGTS	1.156	1.025
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	55.015	48.050
Estaduais	59	69
Municipais	13.785	12.067
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	47.006	44.217
Aluguéis	1.352	1.417
Outros	1.689	2.502
Remuneração de capitais próprios:		
Juros sobre capital próprio	5.103	8.747
Dividendos	15.816	6.560
Lucros retidos	63.939	62.874
	<u>223.218</u>	<u>204.863</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias (“Sociedade”) é uma sociedade anônima domiciliada no município de Araras, no estado de São Paulo, Brasil, na rodovia SP 330, km 168 pista sul, constituída em 28 de maio de 1999. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, e São Carlos - lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP. nº 19/CIC/98.

### 2. CONCESSÃO

A Sociedade possui Contrato de Concessão e exploração da Rodovia, constituído pelos sistemas rodoviários mencionadas na nota explicativa nº.1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível como direito da outorga e, como contrapartida, o passivo na rubrica de credores pela concessão, conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e nº 17, respectivamente.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 17 de janeiro de 2028 (335 meses).

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais já se encontram totalmente cumpridos:

#### Obras

##### Na SP 147- Rodovia Engenheiro João Tosello

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre os km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191-Rodovia Wilson Finardi

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 ao km 44,9 (Mogi Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera), e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras- Rio Claro).

Na SP 352-Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera - Contorno Rodoviário de Araras

De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª. readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foi construído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do Km 165.225 da SP 330 - Rodovia Anhanguera até o Km 42.300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi.

A Sociedade estima, na data de dezembro de 2010, os montantes de R\$ 411.381 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 277.362 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimento foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimento que geram potencial de receita adicional - Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 18.2.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição, ou execução devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio.

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO

#### 3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

#### 3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

#### 3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

#### Contabilização de contratos de concessão:

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

#### Momento de reconhecimento do ativo intangível:

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, segregando principalmente os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - São reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão, e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

#### Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão:

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

#### Determinação das receitas de construção:

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento, acompanhamento da obra das empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

#### Provisão para manutenção referente a contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto, para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida aos custos dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

#### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009, com a finalidade da transição para as normas do CPC e para as IFRS.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

##### 4.1. Instrumentos financeiros ativos

###### Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

###### Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

##### 4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 10 limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Devido aos ativos não terem saldos relevantes, a Sociedade optou pela não adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado nem pela utilização da prática do “custo atribuído” (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - Ativo imobilizado e ICPC 10.

Adicionalmente, os efeitos de depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação do ICPC 10 foram revisados para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010 e não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Consequentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das demonstrações financeiros referentes aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

#### 4.3. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Sociedade recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo mediante no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### 4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

#### 4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

#### 4.6. Instrumentos financeiros passivos

##### Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

##### Empréstimos, financiamentos, fornecedores, debêntures e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

##### Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº 17.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão” registrado nos passivos circulante e não circulante com base nas suas taxas médias de encargos financeiros da época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, em que está registrado o direito de outorga da concessão. A contabilização do ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

#### 4.7. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

##### Impostos Correntes

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

##### Impostos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são registrados com base no saldo e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme nota explicativa nº 5 e 8.



#### 4.8. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil quando aplicável é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

#### 4.9. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 18.

#### 4.10. Reconhecimento de receita

##### Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

##### Receita oriunda da cobrança de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

#### 4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representados por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

#### 4.12. Ativos e passivos objeto de ajuste a valor presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração, de 5% a.a., está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

- Provisão para obras futuras: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% a.a;
- Provisão para manutenção: decorrentes do gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% a.a;
- Credores da Concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% a.a.

Os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente na data dos balanços está demonstrado abaixo:

#### Provisões curto prazo

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Provisão para manutenção - nominal	10.504	30.646	18.233
Provisão para manutenção a valor presente	<u>10.230</u>	<u>29.844</u>	<u>17.756</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(274)</u>	<u>(802)</u>	<u>(477)</u>

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Provisão para investimentos - nominal	-	2.948	-
Provisão para investimentos a valor presente	<u>-</u>	<u>2.897</u>	<u>-</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>-</u>	<u>(51)</u>	<u>-</u>

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Credores da concessão - nominal	6.518	6.034	5.926
Credores da concessão a valor presente	<u>6.425</u>	<u>5.896</u>	<u>5.852</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(93)</u>	<u>(138)</u>	<u>(74)</u>

Provisões longo prazo

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Provisão para manutenção - nominal	12.953	11.605	32.058
Provisão para manutenção a valor presente	<u>10.469</u>	<u>10.388</u>	<u>29.365</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(2.484)</u>	<u>(1.217)</u>	<u>(2.693)</u>

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Provisão para investimentos - nominal	863	864	6.287
Provisão para investimentos a valor presente	<u>627</u>	<u>598</u>	<u>5.709</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(236)</u>	<u>(266)</u>	<u>(578)</u>

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Credores da concessão - nominal	47.696	48.145	54.376
Credores da concessão a valor presente	<u>37.461</u>	<u>36.965</u>	<u>40.821</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(10.235)</u>	<u>(11.180)</u>	<u>(13.555)</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores nominais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

4.13. Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade conforme divulgados na nota explicativa nº 19.

5. ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC E DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS) EMITIDAS PELO INTERNATIONAL ACCOUNTING BOARD - IASB

Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 também são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as IFRS.

A Sociedade aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) e IFRS 1 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 e no CPC 37(R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Sociedade efetuou nas duas demonstrações financeiras os ajustes descritos a seguir.

#### Exceções obrigatórias e isenções opcionais na adoção dos novos pronunciamentos

Com base no CPC 37 (R1) e na IFRS 1, é permitida na adoção inicial dos novos pronunciamentos a aplicação de procedimentos voluntários, caso haja divergências quanto às práticas contábeis anteriormente adotadas; porém, a norma também proíbe o ajuste de determinadas transações retrospectivamente.

O julgamento da Administração quanto às exceções obrigatórias e isenções opcionais na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito e foi aplicado da seguinte forma:

- a) Mensuração do ativo imobilizado ao valor justo: considerando as características e os valores dos grupos de ativos contabilizados na rubrica “Ativo imobilizado”, a Sociedade entende que os valores atribuídos a esta classe de ativos correspondem ao valor justo; portanto, optou por não remensurar esses ativos na data de transição, mas optou pela manutenção do custo histórico de aquisição, como permitido, em linha com os novos pronunciamentos.
- b) Transição de contabilização para contratos de concessão: Dada a impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, a aplicação prospectiva foi adotada para o contrato de concessão da Sociedade.

Os efeitos da aplicação dos novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas por parte do CPC e das IFRSs, são como seguem:

#### Efeitos da adoção dos CPCs e das IFRSs no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009

<u>Ativos</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	24.896	-	24.896
Contas a receber	10.004	-	10.004
Estoques	266	-	266
Despesas antecipadas	480	-	480
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.696	(2.696)	-
Impostos a recuperar	110	-	110
Outros créditos	404	-	404
Total dos ativos circulantes	<u>38.856</u>	<u>(2.696)</u>	<u>36.160</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Realizável a longo prazo:			
Aplicações Financeiras	21	-	21
Empréstimos a partes relacionadas	201.801	-	201.801
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.287	19.660	22.947
Imobilizado	293.140	(292.099)	1.041
Intangível	52.339	295.036	347.375
Total dos ativos não circulantes	<u>550.588</u>	<u>22.597</u>	<u>573.185</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<u><u>589.444</u></u>	<u><u>19.901</u></u>	<u><u>609.345</u></u>

<u>Passivos e patrimônio líquido</u>	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<b>CIRCULANTES</b>			
Fornecedores	2.704	-	2.704
Fornecedores - partes relacionadas	630	-	630
Empréstimos e financiamentos	14.321	-	14.321
Obrigações sociais	3.309	-	3.309
Obrigações fiscais	5.811	-	5.811
Cauções contratuais de fornecedores	1.547	-	1.547
Outras contas a pagar	10.019	-	10.019
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	1.828	-	1.828
Provisão para manutenção em rodovias	-	17.756	17.756
Credores pela concessão	5.852	-	5.852
Dividendos propostos	<u>3.602</u>	-	<u>3.602</u>
Total dos passivos circulantes	49.623	17.756	67.379
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	346.440	-	346.440
Credores pela concessão	40.821	-	40.821
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.411	-	7.411
Provisão para manutenção em rodovias	-	29.365	29.365
Provisão para investimentos em rodovias	-	5.709	5.709
Outros	<u>320</u>	-	<u>320</u>
Total dos passivos não circulantes	394.992	35.074	430.066
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social subscrito	108.710	-	108.710
Capital social a integralizar	<u>(558)</u>	-	<u>(558)</u>
Capital social integralizado	108.152	-	108.152
Reservas de lucros	<u>36.677</u>	<u>(32.929)</u>	<u>3.748</u>
Total do patrimônio líquido	144.829	<u>(32.929)</u>	111.900
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u>589.444</u>	<u>19.901</u>	<u>609.345</u>

Efeitos da adoção dos CPCs e das IFRSs no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2009

<u>Ativos</u>	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	41.270	-	41.270
Contas a receber	11.558	-	11.558
Contas a receber - partes relacionadas	24.312	-	24.312
Estoques	270	-	270
Despesas antecipadas	725	-	725
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.115	(3.115)	-
Impostos a recuperar	145	-	145
Outras contas à receber	<u>293</u>	-	<u>293</u>
Total dos ativos circulantes	<u>81.688</u>	<u>(3.115)</u>	<u>78.573</u>

<u>Ativos</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Realizável a longo prazo:			
Aplicações financeiras	58	-	58
Empréstimos a partes relacionadas	197.000	-	197.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	949	13.005	13.954
Imobilizado	286.666	(285.597)	1.069
Intangível	<u>49.723</u>	<u>300.236</u>	<u>349.959</u>
Total dos ativos não circulantes	534.396	27.644	562.040
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<u><b>616.084</b></u>	<u><b>24.529</b></u>	<u><b>640.613</b></u>
<u>Passivos e patrimônio líquido</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
<b>CIRCULANTES</b>			
Fornecedores	2.394	-	2.394
Fornecedores - partes relacionadas	940	-	940
Empréstimos e financiamentos	363.116	-	363.116
Obrigações sociais	3.185	-	3.185
Obrigações fiscais	9.153	-	9.153
Cauções contratuais de fornecedores	1.648	-	1.648
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	2.823	-	2.823
Provisão para manutenção em rodovias	-	29.844	29.844
Provisão para investimentos em rodovias	-	2.897	2.897
Credores pela concessão	5.896	-	5.896
Dividendos propostos	<u>6.560</u>	<u>-</u>	<u>6.560</u>
Total dos passivos circulantes	395.715	32.741	428.456
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	7.163	-	7.163
Credores pela concessão	36.965	-	36.965
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.171	-	8.171
Provisão para manutenção em rodovias	-	10.388	10.388
Provisão para investimentos em rodovias	-	598	598
Outros	<u>337</u>	<u>-</u>	<u>337</u>
Total dos passivos não circulantes	52.636	10.986	63.622
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social subscrito	108.710	-	108.710
Capital social a integralizar	<u>(558)</u>	<u>-</u>	<u>(558)</u>
Capital social integralizado	108.152	-	108.152
Reservas de lucros	<u>59.581</u>	<u>(19.198)</u>	<u>40.383</u>
Total do patrimônio líquido	167.733	(19.198)	148.535
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u><b>616.084</b></u>	<u><b>24.529</b></u>	<u><b>640.613</b></u>

Efeitos da adoção dos CPCs e das IFRSs no patrimônio líquido em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009

	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	167.733	144.829
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos:		
Despesa financeira decorrente de ajuste a valor presente	(4.516)	(2.014)
Provisão para manutenção de rodovias	(59.814)	(47.121)
Mudança de critério da amortização de investimentos	36.103	-
Amortização do intangível de obras que não geram benefícios	(861)	(758)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado dos ajustes	<u>9.890</u>	<u>16.964</u>
Total dos ajustes	(19.198)	(32.929)
Patrimônio líquido ajustado pela aplicação dos novos CPCs	<u>148.535</u>	<u>111.900</u>

Efeitos da adoção dos CPCs e das IFRSs no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>			
Receitas de pedágio	238.619	-	238.619
Receitas de Obras	-	18.739	18.739
Receitas acessórias	<u>3.548</u>		<u>3.548</u>
	<u>242.167</u>	<u>18.739</u>	<u>260.906</u>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>			
Impostos e contribuições	(21.080)	-	(21.080)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<u>221.087</u>	<u>18.739</u>	<u>239.826</u>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>			
Custos dos serviços prestados	(90.717)	23.306	(67.411)
Custos dos serviços de construção	-	(18.739)	(18.739)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<u>130.370</u>	<u>23.306</u>	<u>153.676</u>
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas administrativas	(16.507)	-	(16.507)
Despesas tributárias	(57)	-	(57)
Remuneração da administração	(609)	-	(609)
Outras receitas operacionais líquidas	156	-	156
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<u>113.353</u>	<u>23.306</u>	<u>136.659</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas Financeiras	25.345	-	25.345
Despesas Financeiras	<u>(45.584)</u>	<u>(2.502)</u>	<u>(48.086)</u>
	<u>(20.239)</u>	<u>(2.502)</u>	<u>(22.741)</u>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<u>93.114</u>	<u>20.804</u>	<u>113.918</u>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE</b>	(25.985)	-	(25.985)

	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDO	(2.679)	(7.073)	(9.752)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>64.450</u>	<u>13.731</u>	<u>78.181</u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO	<u>14,92</u>	<u>3,18</u>	<u>18,09</u>

Efeitos da adoção das CPCs e das IFRSs na demonstração dos fluxos de caixa

	<u>Em 31.12.20009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)</u>		
	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	140.359	(21.923)	118.436
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(40.960)	21.923	(19.037)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(83.025)	-	(83.025)

Notas sobre as reconciliações apresentadas acima:

- ICPC 01 e OCPC05 (equivalente ao IFRIC 12) - Contratos de Concessão

A partir de 1º de janeiro de 2010 (efeitos de abertura em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação), a Sociedade adotou e utilizou, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as disposições da ICPC 01. Essa Interpretação orienta a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

As disposições da ICPC-01 foram aplicadas prospectivamente, recalculando os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009 (data de transição) e atribuídos os efeitos aos componentes do patrimônio líquido, dada a impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos do contrato de concessão celebrado pela Sociedade e conforme permitido pelo ICPC-01. A Sociedade utilizou como alternativa, as seguintes medidas transitórias:

- i) Identificou e reconheceu os ativos intangíveis que existiam na data de transição (1º de janeiro de 2009).
- ii) Utilizou os montantes registrados anteriormente desses ativos intangíveis (independentemente da classificação anterior) como sendo os montantes sob a ICPC-01, na data de transição.
- iii) Testou a recuperação dos ativos intangíveis reconhecidos na data de transição.

A aplicação prospectiva foi adotada para o contrato de concessão celebrado pela Sociedade.

O contrato de concessão da Sociedade foi classificado como ativo intangível.



## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Caixa e Bancos	2.051	2.202	3.136
Aplicações Financeiras (*)	<u>299.932</u>	<u>39.068</u>	<u>21.760</u>
Total caixa equivalentes de caixa	<u>301.983</u>	<u>41.270</u>	<u>24.896</u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é apresentada a seguir:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Certificados de Depósito Bancário	23.195	39.068	21.760
Fundo de aplicação financeira	<u>276.737</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>299.932</u>	<u>39.068</u>	<u>21.760</u>

## 7. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Pedágio eletrônico a receber	13.565	11.038	9.546
Cupons de pedágio a receber	445	423	370
Outros	<u>105</u>	<u>97</u>	<u>88</u>
Total	<u>14.115</u>	<u>11.558</u>	<u>10.004</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis.

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de 30 (trinta) dias.

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Diferenças temporárias:			
Bases do ativo diferido:			
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	2.983	2.824	1.828
Provisão para registro de leasing (1)	-	755	1.808
Ajuste a valor presente do direito de outorga (2)	2.792	8.374	13.961
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	20.699	40.232	47.121
Provisão para investimentos em rodovias	627	3.495	5.709
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	<u>6.825</u>	<u>(14.639)</u>	<u>(2.937)</u>
Base de cálculo	33.926	41.041	67.490
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo não circulante	<u>11.535</u>	<u>13.954</u>	<u>22.947</u>

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Bases do passivo diferido:			
Ajuste ao valor presente do registro de outorga (3)	14.128	15.341	17.875
Sobre amortização do direito de concessão incorporada (4)	17.383	8.692	-
Ajuste dos encargos financeiros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.922</u>
Base de cálculo	31.511	24.033	21.797
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo não circulante	<u>10.714</u>	<u>8.171</u>	<u>7.411</u>

- (1) O montante de R\$ 755 em 31 de dezembro de 2009 R\$ 1.808 em 1º janeiro de 2009 foi gerado através do registro das operações de leasing como financiamento.
- (2) Refere-se a crédito do imposto de renda e de contribuição social decorrente da amortização, do direito de concessão incorporado, registrada até a data base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito que, atendendo a legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano para fins fiscais.
- (3) O montante de R\$ 14.128 (R\$ 15.341 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 17.875 em 1º de janeiro de 2009), foi gerado através do ajuste ao valor presente do registro da outorga.
- (4) Amortização sobre direito de outorga de concessão proveniente a incorporação ocorrida em junho de 2006, para fins fiscais e contábeis, conforme nota explicativa nº 11.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em estimativas de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos e débitos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável é como segue:

<u>Exercício a findar em:</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
2011	2.527	505
2012	563	728
2013	563	728
2014	563	728
Após 2014	<u>7.319</u>	<u>8.025</u>
	<u>11.535</u>	<u>10.714</u>

## 9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	<u>1.290</u>	<u>145</u>	<u>110</u>
	<u>1.290</u>	<u>145</u>	<u>110</u>

## 10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	<u>Equipamento mobiliário</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>			
Saldos em 01/01/2009	2.159	12	2.171
Adições	367	2	369
Alienações/baixas	<u>(70)</u>	<u>(10)</u>	<u>(80)</u>
Saldos em 31/12/2009	2.456	4	2.460
Adições	369	116	485
Alienações/baixas	<u>(6)</u>	<u>(120)</u>	<u>(126)</u>
Saldos em 31/12/2010	<u>2.819</u>	<u>-</u>	<u>2.819</u>
<u>Depreciação acumulada</u>			
Saldos em 01/01/2009	(1.120)	(10)	(1.130)
Depreciação/amortização	(339)	(1)	(340)
Alienações/baixas	<u>69</u>	<u>10</u>	<u>79</u>
Saldos em 31/12/2009	(1.390)	(1)	(1.391)
Depreciação/amortização	(341)	(4)	(345)
Alienações/baixas	<u>6</u>	<u>5</u>	<u>11</u>
Saldos em 31/12/2010	<u>(1.725)</u>	<u>-</u>	<u>(1.725)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>			
Saldos em 01/01/2009	1.039	2	1.041
Saldos em 31/12/2009	1.066	3	1.069
Saldos em 31/12/2010	1.094	-	1.094
Taxas de depreciação	10%	20%	20%

## 11. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	<u>Intangível em rodovia - obras e serviços (a)</u>	<u>Direito de outorga da concessão (b)</u>	<u>Direito de outorga da incorporação (c)</u>	<u>Softwares</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do intangível</u>						
Saldos em 01/01/2009	561.321	28.434	60.029	911	8.033	658.728
Adições	2.192	-	123	139	13.810	16.264
Transferências	19.376	-	-	-	(19.376)	-
Alienações/baixas	<u>(1.167)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.167)</u>
Saldos em 31/12/2009	581.722	28.434	60.152	1.050	2.467	673.825
Adições	1.102	-	-	77	6.567	7.746
Transferências	5.762	-	-	-	(5.762)	-
Alienações/baixas	<u>(45)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(45)</u>
Saldos em 31/12/2010	<u>588.541</u>	<u>28.434</u>	<u>60.152</u>	<u>1.127</u>	<u>3.272</u>	<u>681.526</u>

	Intangível em rodovia - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Softwares	Intangível em andamento	Total
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldos em 01/01/2009	(274.317)	(11.491)	(25.005)	(540)	-	(311.353)
Amortização	(9.754)	(888)	(2.691)	(148)	-	(13.481)
Alienações/baixas	<u>119</u>	<u>-</u>	<u>849</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>968</u>
Saldos em 31/12/2009	(283.952)	(12.379)	(26.847)	(688)	-	(323.866)
Amortização	(14.396)	-	-	-	-	(14.396)
Alienações/baixas	<u>42</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42</u>
Saldos em 31/12/2010	<u>(298.306)</u>	<u>(12.379)</u>	<u>(26.847)</u>	<u>(688)</u>	<u>-</u>	<u>(338.220)</u>

Intangível líquido

Saldos em 01/01/2009	287.004	16.943	35.024	371	8.033	347.375
Saldos em 31/12/2009	297.770	16.055	33.305	362	2.467	349.959
Saldos em 31/12/2010	290.235	16.055	33.305	439	3.272	343.306

- (a) Refere-se a obras e serviços de pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras-de-arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 17.
- (c) Refere-se a direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da controladora OHL Brasil Participações em Infraestrutura Ltda.. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada como ágio incorporado. Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, em 2009 a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para direito de outorga.

Os ativos intangíveis, são amortizados com base na curva de tráfego projetada.

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Modalidade	Encargos	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<u>Passivo circulante</u>				
Financiamento de obras (a)	TJLP + 3,3% a.a.	2.484	2.494	-
Capital de giro (b)	CDI + 0,95% a.a. a CDI + 1% a.a.	-	358.888	11.201
Leasing (c)	CDI Over Cetip e CDI + 2% a.a.	<u>26</u>	<u>1.734</u>	<u>3.120</u>
Total passivo circulante		2.510	363.116	14.321
<u>Passivo não circulante</u>				
Financiamento de Obras (a)	TJLP + 3,3% a.a.	4.707	7.163	-
Capital de Giro (b)	CDI + 0,95% a.a. a CDI + 1% a.a.	-	-	344.907
Leasing (c)	CDI Over Cetip 2 CDI + 2% a.a.	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.533</u>
Total Passivo não Circulante		4.707	7.163	346.440
Total		<u>7.217</u>	<u>370.279</u>	<u>360.761</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Balcão Organizado de Ativos e Derivativos).

- (a) Contrato de crédito firmado junto ao BNDES em 27 de outubro de 2008 para financiamento das obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração das rodovias operadas pela Sociedade. Os créditos foram liberados em janeiro e fevereiro de 2009, não apresentam cláusulas restritivas e são garantidas por notas promissórias.
- (b) Recursos obtidos para financiamento de capital de giro através da emissão de Cédula de crédito bancário firmada pela Sociedade junto a bancos privados em 27 de setembro de 2007 para pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos à sua controladora. Estas operações não apresentam cláusulas restritivas e estão garantidas por aval dos acionistas. E na data de 30 de novembro de 2009, a Sociedade emitiu 49 Notas Promissórias no valor de R\$ 5.000 cada uma, totalizando o montante de R\$ 245.000. Parte do valor captado foi utilizada para liquidação, em 30 de novembro de 2009, das Cédulas de Crédito Bancário captadas entre julho e setembro de 2008. A operação foi garantida por aval da controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“Garantidora”). As Notas Promissórias foram quitadas no mês de abril do exercício corrente. Desta forma, foram extintos os compromissos de caráter financeiro e econômico constantes nesses contratos.
- (c) O saldo refere-se à arrendamento mercantil financeiro, na modalidade “Sale leasingbak”, contratado para aquisição do sistema de monitoramento de entradas, cujo saldo foi liquidado no mês de junho do exercício corrente.

### 13. DEBÊNTURES

Em 15 de março de 2010 a Sociedade realizou a 1ª emissão de 307.947 debêntures de série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais), com prazo de 5 anos e remuneração baseada na variação do (CDI), acrescida de juros de 1,5% a.a.. Em 22 de novembro de 2010, a Sociedade realizou a 2ª emissão de debêntures em série única de 3.000 debêntures ao valor nominal unitário de R\$ 100.000 (cem mil reais), com prazo de 5 anos e remuneração de CDI + 1,70% a.a., conforme tabela abaixo:

	Taxas			2010	
	<u>Contratuais (%)</u>	<u>Custo efetivo (%) (a)</u>	<u>Vencimentos até</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª Emissão	CDI + 1,5% a.a.	0,00327% a.a.	Março/2015	74.159	235.493
2ª Emissão	CDI + 1,7% a.a.	0,00061% a.a.	Novembro/2015	<u>21.747</u>	<u>282.354</u>
Total				95.906	517.847
Despesa de emissão (a)				<u>(1.444)</u>	<u>(2.428)</u>
Total				<u>94.462</u>	<u>515.419</u>

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

- a) As despesas incorridas na emissão das debêntures no montante de R\$ 2.999 para a 1ª emissão e de R\$ 1.652 para a 2ª emissão estão sendo amortizadas pelo período de vigência das debêntures.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito abaixo:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª Emissão	15/03/10	307.947	26/04/10	311.300
2ª Emissão	22/11/10	<u>300.000</u>	16/12/10	<u>302.539</u>
Total		<u>607.947</u>		<u>613.839</u>

A remuneração das debêntures da 1ª emissão é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro e será amortizada trimestralmente a partir de 15 de março de 2011.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga trimestralmente todo dia 22 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro e será amortizada trimestralmente a partir de 22 de novembro de 2011.

As debêntures da 1ª e 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “*Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo Prospecto Definitivo de Distribuição Pública*”, arquivado junto a CVM.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão da Emissora. O percentual de penhor será reduzido, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será reduzido na medida em que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento (*Sinking Fund*), conforme descrito abaixo.

Aplicações financeiras vinculadas (*Sinking Fund*): Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente aos pagamentos dos juros trimestrais e das parcelas de principal das debêntures da 1ª série, para que ao final de cada período de juros ou de amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em Fundo de Investimento constituído especificamente para esta finalidade. Em 31 de dezembro de 2010, o valor da aplicação neste fundo é representado por:

	<u>2010</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Aplicações financeiras vinculadas	<u>16.995</u>	<u>196</u>
	<u>16.995</u>	<u>196</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 essas aplicações eram remuneradas entre 100,0% a 100,1% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

#### 14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Imposto de renda	5.152	4.629	2.377
Contribuição social	2.642	2.027	1.444
IRRF	34	434	140
PIS	157	142	129
COFINS	727	658	595
Tributos federais retidos	429	199	167
ISS	<u>1.176</u>	<u>1.064</u>	<u>959</u>
Total	<u>10.317</u>	<u>9.153</u>	<u>5.811</u>

#### 15. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que serão pagos após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º janeiro de 2009 estavam representados respectivamente por R\$ 1.505 e R\$ 1.648 e R\$ 1.547.

#### 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão representadas pelas seguintes operações:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Ativo circulante:			
Transações com partes relacionadas			
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	44.678	24.312	-
Clientes - partes relacionadas:			
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (b)	12	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>44.691</u>	<u>24.312</u>	<u>-</u>
Ativo não circulante:			
Transações com partes relacionadas:			
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	197.000	197.000	201.801
Passivo circulante:			
Fornecedores com partes relacionadas:			
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (b)	114	76	-
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	194	165	69
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	999	530	561
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	73	169	-
Autopista Fernão Dias S.A.	2	-	-
Autopista Planalto Sul	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.482</u>	<u>940</u>	<u>630</u>
Dividendos propostos:			
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	<u>15.816</u>	<u>6.560</u>	<u>3.602</u>

<u>Resultado</u>	<u>2010</u>		<u>2009</u>	
	Serviços prestados em conservação de rotina	Receita financeira	Serviços prestados em conservação de rotina	Receita financeira
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	-	23.961	-	22.953
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	2.636	-	1.905	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	18.416	-	7.113	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	<u>3.218</u>	-	<u>1.139</u>	-
Total	<u>24.270</u>	<u>23.961</u>	<u>10.157</u>	<u>22.953</u>

- (a) Este empréstimo teve a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.(OHL Brasil) e é composto de quatro contratos de mútuo, cujas datas de liberação, valores e encargos estão demonstrados a seguir:

<u>Data da liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Saldo devedor em</u>		
				<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
22/08/08	22/08/13	CDI + 1,037% a.a.	40.000	49.873	45.670	41.781
18/09/08	18/09/13	CDI + 1,037% a.a.	97.000	119.812	109.716	99.708
04/12/08	04/12/13	CDI + 1,037% a.a.	8.000	9.634	8.822	8.071
17/12/08	17/12/13	CDI + 1,037% a.a.	<u>52.000</u>	<u>62.359</u>	<u>57.104</u>	<u>52.241</u>
Total			<u>197.000</u>	<u>241.678</u>	<u>221.312</u>	<u>201.801</u>

Os juros vencerão anualmente a partir de dezembro de 2010. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, os juros incorridos serão recebidos da parte relacionada na mesma data do principal.

- (b) Os saldos e transações registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e custo dos serviços prestados, respectivamente, são relativos às operações mercantis e referem-se a serviços prestados em conservação de rotina e execução de obras nas rodovias.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 a Sociedade pagou o montante de R\$ 708 e R\$ 609, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Conselheiros de Administração e da diretoria e respectivos encargos sociais e estão registrados na rubrica de despesas gerais e administrativas. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para participações nos lucros e resultados - PLR registrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 na rubrica de obrigações sociais é de R\$ 1.108, R\$ 1.016 e R\$ 1.068, respectivamente. As metas são como seguem:

- a) Dos participantes:

Os participantes nos resultados da Sociedade são empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência desse plano.



Participarão os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

b) Definição dos valores:

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, o tempo real trabalhado no período, o absenteísmo, as advertências e as suspensões.

17. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - São Paulo - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998, sem considerar a extensão do prazo de concessão comentado na nota explicativa nº 2. O montante é reajustado pelas mesmas fórmulas e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>	<u>Valor presente</u>			<u>Valor nominal (*)</u>		
	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Direito de outorga	5.634	5.178	5.195	5.727	5.316	5.269
Parcela variável (a)	<u>791</u>	<u>718</u>	<u>657</u>	<u>791</u>	<u>718</u>	<u>657</u>
Total	<u>6.425</u>	<u>5.896</u>	<u>5.852</u>	<u>6.518</u>	<u>6.034</u>	<u>5.926</u>

(a) A parcela variável, correspondente a 3% da receita de pedágio e 25% das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

<u>Não circulante</u>	<u>Valor presente</u>			<u>Valor nominal (*)</u>		
	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Direito de outorga	<u>37.461</u>	<u>36.965</u>	<u>40.821</u>	<u>47.696</u>	<u>48.145</u>	<u>54.376</u>
Total	<u>37.461</u>	<u>36.965</u>	<u>40.821</u>	<u>47.696</u>	<u>48.145</u>	<u>54.376</u>

(\*) Valores inseridos somente como informação adicional.

A quantidade de parcelas a serem pagas em 31 de dezembro de 2010 está assim representada:

	<u>Parcelas</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não-circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo de parcelas	12	97	109

Em 31 de dezembro de 2010, as parcelas relativas ao valor nominal classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2012	5.901
2013	5.901
2014	5.901
2015	5.901
Após 2016	<u>24.092</u>
	<u>47.696</u>

Os valores pagos pela Sociedade no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 ao Poder Concedente estão assim representados:

<u>Valores Pagos</u>	<u>Outorga</u>		
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	<u>Total</u>
Ano de 2010	5.443	9.137	14.580
Ano de 2009	<u>5.238</u>	<u>8.012</u>	<u>13.250</u>
Total	<u>10.681</u>	<u>17.149</u>	<u>27.830</u>

## 18. PROVISÕES

### 18.1. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte envolvida em processos judiciais de naturezas cível e trabalhista, esses processos estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. A movimentação dos montantes provisionados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

	<u>31.12.09</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.10</u>
Cíveis	2.242	537	(140)	(135)	2.504
Trabalhistas	<u>581</u>	<u>55</u>	<u>(101)</u>	<u>(56)</u>	<u>479</u>
Total	<u>2.823</u>	<u>592</u>	<u>(241)</u>	<u>(191)</u>	<u>2.983</u>

	<u>01.01.09</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.09</u>
Cíveis	1.546	1.029	(186)	(147)	2.242
Trabalhistas	<u>282</u>	<u>369</u>	<u>(29)</u>	<u>(41)</u>	<u>581</u>
Total	<u>1.828</u>	<u>1.398</u>	<u>(215)</u>	<u>(188)</u>	<u>2.823</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$ 1.259 e R\$ 1.528 respectivamente, em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1.284 de causas cíveis e R\$ 1.705 de causas trabalhistas em 31 de dezembro de 2009).

## 18.2. Provisões para manutenção e investimentos em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção e para investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente, com base na melhor estimativa de gasto a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo que a provisão de investimentos são considerados os valores até o final da concessão e a manutenção são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos na notas explicativas nºs 3.4 e 5.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimento em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimento em rodovias</u>
Saldos em 01.01.2009	17.756	-	29.365	5.709
Adições	-	-	14.936	261
Utilizações	(21.825)	(2.475)	-	-
Transferências	<u>33.913</u>	<u>5.372</u>	<u>(33.913)</u>	<u>(5.372)</u>
Saldos em 31.12.2009	29.844	2.897	10.388	598
Adições	-	-	32.751	81
Utilizações	(52.284)	(2.949)	-	-
Transferências	<u>32.670</u>	<u>52</u>	<u>(32.670)</u>	<u>(52)</u>
Saldos em 31.12.2010	<u>10.230</u>	<u>-</u>	<u>10.469</u>	<u>627</u>

Os valores acima estão apresentados em valor presente calculados à taxa de desconto de 5% a.a.. Os saldos de provisão para manutenção em rodovias e investimentos a valor nominal correspondem a R\$ 23.457 e R\$ 863 respectivamente em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 42.251 e R\$ 3.812 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 50.291 e R\$ 6.287 em 1º de janeiro de 2009).

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O valor do capital social em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é de R\$ 108.152 e está representado por 4.352.285 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.:		
Participação Acionária	100%	100%
Quantidade de ações subscritas	4.352.285	4.352.285
Quantidade de ações integralizadas	4.321.025	4.321.025

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

### Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

### Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Foram distribuídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, dividendos no montante de R\$ 26.239 creditados à conta de reserva de lucros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

A administração propôs a distribuição de dividendos de 25% sobre o lucro líquido do exercício de 2009 apurado antes dos efeitos das novas práticas contábeis, após a constituição da reserva legal sendo R\$ 6.560 sob a forma de dividendos e R\$ 8.747 sob a forma de juros sobre o capital próprio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Sociedade aprovou a distribuição de dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 15.000, referente ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2009. O total de dividendos distribuídos referente ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 21.560, foi pago aos acionistas no mês de maio de 2010. No mesmo período, a Administração propôs a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 4.338, líquidos de R\$ 765, referente ao imposto de renda retido na fonte, pagos aos acionistas em março e junho de 2010.

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a taxa de juros a longo prazo - TJLP estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal é limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9249/95, esse montante que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado como dedutível para fins de imposto de renda.

O cálculo dos dividendos obrigatórios, em 31 de dezembro de 2010, está demonstrado a seguir:

	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	84.858
Reserva Legal de 5%	<u>(4.243)</u>
Base de cálculo	80.615
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>
Total	<u>20.154</u>
Representado por:	
Juros sobre capital próprio	(4.338)
Dividendos obrigatórios	<u>15.816</u>
Dividendo por ação	<u>3,66039</u>

A administração da Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2010, totalizando R\$ 59.696 mil a ser deliberado na assembléia geral ordinário.

## 20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos

## 21. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

### b) Informações suplementares

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Caixa desembolsados durante os exercícios referentes a:		
Juros	45.678	49.431
Imposto de renda e contribuição social	29.095	18.800
Transações que não afetaram o caixa:		
Dividendos propostos e não pagos	15.816	6.560
Fornecedores de intangível e imobilizado	(362)	(109)

## 22. RECEITAS

Está representada por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receita de serviços prestados	272.631	238.619
Receita de serviços de construção	16.703	18.739
Receitas acessórias	<u>3.712</u>	<u>3.548</u>
	<u>293.046</u>	<u>260.906</u>

A seguir está demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações do resultado do exercício:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receita Bruta	293.046	260.906
Abatimentos sobre receitas de pedágios:		
ISSQN	(13.744)	(12.048)
PIS	(1.835)	(1.608)
Cofins	<u>(8.466)</u>	<u>(7.424)</u>
Receita líquida	<u>269.001</u>	<u>239.826</u>

## 23. CUSTOS E DESPESA POR NATUREZA

Estão representados por:

<u>Custos dos serviços</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Com pessoal	16.479	16.201
Serviços de terceiros	1.330	1.199
Depreciação / amortização	12.584	11.660
Custos com poder concedente	9.209	8.074
Manutenção/conservação	12.059	11.630
Custos dos serviços de construção	16.703	18.739
Serviços de manutenção em rodovias	31.144	12.694
Outros	<u>6.280</u>	<u>5.953</u>
Total	<u>105.788</u>	<u>86.150</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Com pessoal	5.117	4.001
Serviços de terceiros	3.104	2.853
Depreciação / amortização	2.157	2.161
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	162	995
Seguros/garantias	1.791	1.899
Outros	<u>4.933</u>	<u>4.598</u>
Total	<u>17.264</u>	<u>16.507</u>

## 24. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	11.185	2.386
Atualizações sobre mútuos	23.961	22.953
Outras	<u>18</u>	<u>6</u>
Total	<u>35.164</u>	<u>25.345</u>
Despesas financeiras:		
Atualizações monetárias sobre operações financeiras	(45.615)	(39.028)
Atualizações monetárias sobre o direito da outorga	(6.395)	(1.365)
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	(2.902)	(4.612)
Outras	<u>(133)</u>	<u>(3.081)</u>
Total	<u>(55.045)</u>	<u>(48.086)</u>

## 25. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é como segue:

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	125.822	113.918
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota nominal	<u>(42.779)</u>	<u>(38.732)</u>
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio pagos	1.735	2.973
Outros ajustes	<u>80</u>	<u>22</u>
Despesa contabilizada	<u>(40.964)</u>	<u>(35.737)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(36.002)	(25.985)
Diferidas	<u>(4.962)</u>	<u>(9.752)</u>
	<u>(40.964)</u>	<u>(35.737)</u>

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 26.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

### 26.2. Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e as debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	12,25%	15,31%	18,38%
TJLP	6,0%	7,50%	9,0%
Juros a incorrer (*)	38.046	47.558	57.069

(\*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

### 26.3. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade, apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 13.565 e R\$ 11.038, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio - “Sem Parar”, registrados na conta “Contas a receber”.

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha (informação não auditada pelos auditores independentes) para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

### 26.4. Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 e em 2009 representam o valor justo ou o custo amortizado para os empréstimos e financiamentos, uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente.

### 26.5. Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

#### Tabelas do risco de liquidez e juros

A tabela a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

31 de dezembro de 2010	Taxa de juros efetiva média ponderada %						Total
		2011	2012	2013	2014	2015	
BNDES Automático	9,30	3.003	2.783	2.352	-	-	8.137
Debêntures	12,24	159.066	198.433	181.189	164.177	94.466	797.331
Leasing	13,10	171	-	-	-	-	171
		<u>162.239</u>	<u>201.215</u>	<u>183.542</u>	<u>164.177</u>	<u>94.466</u>	<u>805.639</u>



## 27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2010, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais e perda de receita	165.000
	Responsabilidade civil	20.327
	Responsabilidade Civil - Obras de Ampliação	41.337
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	82.998

## 28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

## 29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2011.

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S/A**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S/A submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. As informações financeiras a seguir estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

### **CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE**

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.- Intervias, constituída em 28 de maio de 1999, iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000 de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem – DER, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão a exploração do sistema rodoviário constituído pela ligação entre os municípios de Itapira, Mogi Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira e São Carlos – lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente. Através do Termo Aditivo e Modificativo nº. 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 17 de janeiro de 2028. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

A concessão da Intervias foi outorgada em fevereiro de 2000, através da Licitação DER nº19/CIC/98, tendo como objeto a exploração do LOTE 06 da Malha Rodoviária de Ligação entre Itapira, Mogi Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, São Carlos, Cordeirópolis e Santa Rita do Passa Quatro com extensão de 375,7 km de rodovias. A economia da região é baseada na atividade agroindustrial, sendo a região a principal na produção de açúcar e álcool no Brasil.

Em Agosto/2004 o controle direto da Intervias passou a ser exercido pela OHL Brasil S.A.

A Intervias opera nove praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão. As tarifas cobradas são estabelecidas no Contrato de Concessão e reajustadas todo mês de julho de acordo com o índice IGPM acumulado de 12 meses até o mês de maio de cada ano. Em 31 de dezembro de 2010, os valores das tarifas básicas praticadas nas praças de pedágio eram:

Nome Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Pirassununga	SP 330 / km 215	5,30
Leme	SP 330 / km 181+760	5,30
Rio Claro	SP 191 / km 59	2,15
Araras	SP 191 / km 27+500	4,15
Engenheiro Coelho	SP 147 / km 91+300	3,85
Mogi Mirim	SP 147 / km 52	5,20
Iracemápolis	SP 147 / km 127,200	4,05
Sta. Cruz das Palmeiras	SP 215 / km 65,550	4,05
Descalvado	SP 215 / km 104,400	4,15

## CONJUNTURA ECONÔMICA

A Intervias é diretamente afetada pelas condições econômicas gerais do Brasil e a evolução de seus negócios está geralmente relacionada com a evolução da economia brasileira, em especial com as taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio, políticas tributárias e variações do Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2010, o desempenho da economia alternou períodos de forte expansão com períodos de atividade menos intensa. No acumulado do ano, o resultado foi positivo e produziu indicadores favoráveis, como o menor patamar atingido na série histórica da taxa de desemprego. Adicionalmente, contribuíram para este cenário a elevada confiança dos consumidores, medida pelo Índice de Confiança do Consumidor, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que passou dos 121,7 pontos em dezembro de 2010, e o crescimento das operações de crédito do sistema financeiro.

O setor industrial também apresentou expansão expressiva (+10,5%) na comparação com 2009. O resultado não só reverteu a queda de 7,4% observada em 2009, mas também registrou o índice mais elevado desde os 10,9% registrados em 1986, segundo informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do mesmo modo, o PIB brasileiro registrou crescimento de 7,5% em 2010, demonstrando a veemente recuperação da economia quando comparado ao mesmo período do ano anterior (-0,6%).

Especificamente, em relação ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o ano de 2010 acumulou alta de 11,3% frente à deflação de 1,7% verificada em 2009. Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cresceu de 4,3% em 2009 para 5,9% em 2010. Esses índices foram utilizados no cálculo do reajuste tarifário dos pedágios administrados pelas empresas do grupo, impactando de forma positiva a arrecadação da Companhia.

No final do ano, o reflexo do aquecimento econômico e o aumento da expectativa de inflação corroboraram com a atuação do Banco Central (BACEN) na revisão dos juros para manutenção das metas de inflação pré-estabelecidas. Tal fato provocou a revisão das projeções relativas ao PIB e a produção industrial que, de acordo com o Relatório Focus (28/01/2011), apresentaram crescimentos próximos a 4,5% e 5% em 2011.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

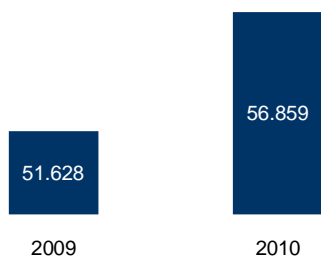
### Tráfego

Em 2010, o fluxo de veículos equivalentes pedagiados na Intervias cresceu 10,1% em comparação ao ano anterior como consequência do aumento da atividade econômica (PIB:+7,5%) e, principalmente, do crescimento do setor industrial (+10,5%).

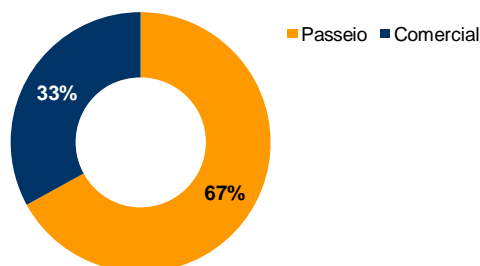
A elasticidade do período em relação ao PIB foi de aproximadamente 1,4, sendo que dos 56,9 milhões de veículos equivalentes pedagiados, 33% foram comerciais e 67% foram veículos de passeio

O aumento do tráfego nas rodovias que compõem o trecho de concessão da Sociedade se deve, entre outros fatores, ao aumento de tráfego de veículos equivalentes na rodovia SP147 de 14,65% em relação à 2009, devido a expansão dos distritos industriais nas cidades de Limeira, Iracemápolis e Piracicaba e crescimento de 20,26% dos veículos equivalentes em relação a 2009 na rodovia SP 215 em razão do fechamento de rota de fuga e trabalhos realizados junto as Usinas Canavieiras da região para utilização da rodovia, com maior impacto no período da safra que se inicia em abril e se estende até novembro.

**Tráfego Pedagiado**  
Milhares de Veículos Equivalentes



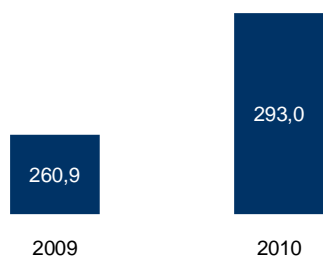
**Composição do Tráfego – 2010**  
Veículos Equivalentes



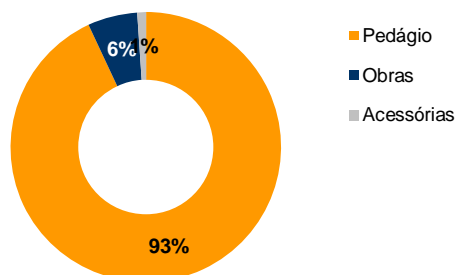
### Receita

A receita bruta da Intervias encerrou o exercício de 2010 em R\$ 293 milhões, composta por 6% de Receita de Obras, 93% por Receitas de Pedágios e 1% por Receitas Acessórias, com um crescimento de 12,3% em relação ao ano de 2009.

**Receita Bruta (em R\$ milhões)**



**Composição da Receita Bruta (%) – 2010**



As novas normas de contabilização no Brasil (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, alteraram a forma de contabilizar as receitas provenientes da exploração dos contratos de concessões e passaram a incluir também Receita de Obras provenientes da realização de investimentos no intangível. Essa nova forma de contabilizar as receitas alterou a demonstração do resultado, afetando contabilmente as margens EBITDA, EBIT e Lucro Líquido; mas sem alterar o montante do Lucro Líquido da Companhia, uma vez que a contra partida desta receita, o custo de obra, em igual quantia (sem margem de obra), está rubricado como Custo dos Serviços de Construção.

A Intervias reconheceu Receita de Obras no valor de R\$ 16,7 milhões em 2010, apresentando uma redução de R\$ 2 milhões (10,9%) em comparação ao ano anterior.

As receitas de pedágio cresceram 14,3% devido ao crescimento de tráfego de 10,1% no exercício e ao reajuste das tarifas de 4,18% em 01/07/2010 de acordo com o Contrato de Concessão.

No ano de 2010 a Intervias obteve uma receita líquida de R\$ 269 milhões, sendo R\$ 29 milhões maior em relação à receita líquida apresentada em 2009, com crescimento de 12,2%. O aumento do tráfego dos veículos equivalentes e o reajuste contratual das tarifas de pedágio foram os principais fatores que contribuíram para esse crescimento.

### Custos e Despesas

R\$ milhões	2010	2009	Var.
Custo dos serviços prestados	(76.501)	(55.751)	37,2%
Custo dos serviços de construção	(16.703)	(18.739)	-10,9%
Despesas administrativas	(15.107)	(14.346)	5,3%
Despesas tributárias	(115)	(57)	101,8%
Remuneração da administração	(708)	(609)	16,3%
Outras receitas operacionais líquidas	577	156	269,9%
<b>Custo e despesas</b>	<b>(108.557)</b>	<b>(89.346)</b>	21,5%

Os custos e despesas (Excluindo Depreciações e Amortizações) aumentaram 21,5% em 2010, em comparação ao exercício de 2009.

Este aumento de R\$ 19,2 milhões deveu-se aos seguintes fatores:

- i. Aumento de R\$ 18,5 milhões em provisão para manutenção de rodovias;
- ii. Aumento de R\$ 0,5 milhões em serviços de conserva de rotina;
- iii. Aumento do custo com ônus variável pago ao Poder Concedente, em função do aumento da receita de pedágio (R\$ 1,1 milhões);
- iv. Dissídio salarial de 4% aplicado em março/10;
- v. Redução de R\$ 2 milhões no custo com serviços de construção, em virtude da redução do nível de execução de investimentos em intangível na concessão.

Cabe destacar que com a entrada em vigor das novas normas de contabilidade ICPC-01 a Intervias passou a provisionar os custos em manutenção e conservação especial que poderão ocorrer no futuro, reconhecendo no resultado atual, ajustado a valor presente, os custos como Provisão para Manutenção de Rodovias.

O custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção do ICPC 01, conforme comentado, tem como contrapartida uma receita de obras de mesmo valor, não impactando o resultado da Companhia.

## EBITDA

R\$ milhões	2010	2009	Var.
Receita líquida	269.001	239.826	12,2%
(-) Custos e despesas (excl. amortização e depreciação)	(108.557)	(89.346)	21,5%
<b>EBITDA</b>	<b>160.444</b>	<b>150.480</b>	6,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	31.143	12.694	145,3%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>191.587</b>	<b>163.174</b>	17,4%

Obs: O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Intervias entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA adicionando-se o montante de Provisão para Manutenção de Rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou 2010 em R\$ 191,6 milhões, com um aumento de 17,4% em relação ao ano anterior. O aumento foi impactado principalmente pelo crescimento do tráfego pedagiado.

## Resultado Financeiro

R\$ milhões	2010	2009	Var.
Receitas Financeiras	35.164	25.345	38,7%
Despesas Financeiras	(55.045)	(48.086)	14,5%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(19.881)</b>	<b>(22.741)</b>	-12,6%

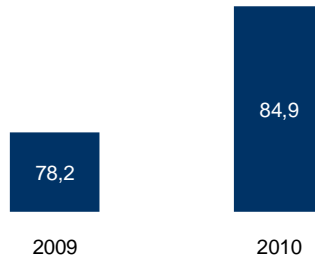
O resultado financeiro líquido de 2010 foi de R\$ 19,9 milhões, R\$ 2,8 milhões menor comparado ao ano de 2009. Os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram:

- i. Aumento de R\$ 7 milhões em despesas financeiras provenientes dos juros com operações financeiras, principalmente com a emissão de debêntures;
- ii. Atualização monetária do ônus fixo, que cresceu R\$ 5 milhões em função da variação do IGP-M. A variação do IGP-M no ano de 2010 foi de 11,32%, enquanto que no ano de 2009 o mesmo apresentou uma deflação de -1,71%;
- iii. Aumento das receitas financeiras de R\$ 9,8 milhões, o que garantiu a redução entre o resultado financeiro líquido de 2010 ante 2009.

## Lucro Líquido

A Intervias encerrou o exercício de 2010 com um Lucro Líquido de R\$ 84,9 milhões, 8,5% maior que o apresentado em 2009. O aumento se deve basicamente ao aumento da receita operacional.

### Lucro Líquido R\$ milhões



### Endividamento

O endividamento bruto da concessionária no encerramento do ano de 2010 era de R\$ 617 milhões, sendo composto por R\$ 609,9 milhões de Debêntures e R\$ 7,2 milhões de financiamentos com o BNDES. Em relação ao ano anterior, o aumento de R\$ 247 milhões se deve as emissões de debêntures. Esses recursos foram utilizados para resgate antecipado de Notas Promissórias, pagamento de Cédulas de Crédito Bancários e encargos bancários entre outros, alongando assim o perfil da dívida da Sociedade de curto para longo prazo.

O endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, mais debêntures, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras), encerrou o ano de 2010 em R\$ 315 milhões, apresentando uma queda de R\$ 14 milhões em relação ao volume de R\$ 329 no encerramento do exercício de 2009.

O endividamento líquido em 31 de dezembro de 2010, representava 1,6 vezes o EBITDA Ajustado menos o pagamento do Ônus Fixo (R\$ 5,4 milhões) dos 12 últimos meses.

R\$ milhões	31/12/10	31/12/09
<b>Dívida bruta</b>	617.098	370.279
Curto prazo	96.972	363.116
Longo prazo	520.126	7.163
Disponibilidades e aplicações financeiras <sup>1</sup>	319.174	41.328
<b>Dívida líquida</b>	<b>297.924</b>	<b>328.951</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazo.

### DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Em 2010, a Intervias pagou Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 5,1 milhões e dividendos relativos ao exercício de 2009 no valor de R\$ 15 milhões.

### INVESTIMENTOS

Em 2010, foram realizados investimentos no ativo intangível no valor de R\$ 10,8 milhões e foram pagos R\$ 50 milhões em manutenção em rodovias, totalizando R\$ 60,8 milhões, todos executados com recursos próprios, empregados nas seguintes obras:

- i. Alargamento de Obra de Arte da SP 352, km 185;

- ii. Alargamento de Obra de Arte da SP 352, km 173;
- iii. Alargamento de Obra de Arte da SP 147, km 96;
- iv. Alargamento de Obra de Arte da SP 215, km 98;
- v. Obras de implantação do Dispositivo na SP 147 km 56;
- vi. Implantação de Passarela na SP 330 km 187;
- vii. Sinalização horizontal e vertical implantado em todo o lote;
- viii. Implantação de barreiras de concreto e defensas metálicas em todo o lote;
- ix. Recuperação de pavimento da rodovia e de dispositivos ao longo da malha viária.

Anteriormente à adoção do ICPC 01, as obras de manutenção e conservação da rodovia eram alocadas na rubrica de imobilizado e compunham o investimento da Companhia. Com as novas normas, a manutenção e conservação passam a ser alocadas na rubrica de Provisão para manutenção de rodovias conforme explicado anteriormente.

## **EMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

A Intervias realizou 2 emissões de debêntures no ano, sendo que no mês de março ocorreu a 1ª emissão de 307.947 debêntures de série única, com valor unitário de R\$ 1 mil reais cada uma com prazo de 5 anos e remuneração baseada na variação do CDI, acrescida de juros de 1,5 a.a. No mês de novembro, a Sociedade realizou a 2ª emissão de debêntures em série única no montante de 3.000 unidades ao valor unitário de R\$ 100 mil reais cada uma, com prazo de 5 anos e remuneração de CDI, acrescida de juros de 1,7%a.a..

As emissões tiveram como destinação o pagamento de empréstimos e financiamentos de curto prazo, aporte de capital de giro e investimentos, entre outros.

## **RECURSOS HUMANOS**

Em 2010, nosso quadro de empregados se manteve estável se comparado ao ano anterior, equivalente a 542 empregados, sendo que 486 trabalham na operação da concessionária.

	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Empregos Diretos	542	543
Rotatividade	1,04	0,98

No que concerne a diversidade, apresentamos um indicador com participação de 59% de homens, contra 41% de mulheres. A média de idade está concentrada em 36 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal é o Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau) e 17,53% do efetivo possuem Nível Superior Completo.

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

A Intervias possui como um dos seus compromissos o desenvolvimento de relacionamento com as comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados a educação, saúde, cultura e meio-ambiente. Os principais projetos são:

### **Educação**

Projeto Escola Intervias criado em 2001, abrangendo 49.550 alunos e 2.227 professores e educadores de 63 escolas públicas, em 19 municípios situados ao longo das rodovias que administra.



Em conexão com os conceitos do Projeto Escola, são desenvolvidos os programas Viva Ciclista, Passarela Viva e Viva Motociclista, que atuam na conscientização de públicos específicos. Estes programas levaram orientação e prevenção para 5.095 pessoas entre 2006 e 2010.

### **Meio Ambiente**

Destacamos o plantio de mais de 209.000 mil mudas de árvores nativas, até dezembro de 2010, efetuado principalmente em áreas degradadas e de mata ciliar, o que contribui para a recuperação dessas áreas.

### **Saúde**

O Programa “Viva Saúde” voltado a saúde dos caminhoneiros é uma atividade dirigida a estes usuários que transitam pelas rodovias administradas por nossa concessionária. Tem como objetivo permitir o acesso a orientações e exames de saúde que os alertem para problemas que possam interferir no exercício de sua profissão

Até dezembro de 2010 48.438 mil motoristas até a 33ª Edição do Saúde na Estrada.

### **Cultura**

Em 2010, a Intervias atuou no apoio a projetos culturais variados com base nas leis de incentivo fiscal, principalmente a Lei Rouanet, que instituiu o PRONAC (Programa Nacional de Apoio à Cultura) que visa apoiar e direcionar recursos para investimento em projetos culturais. Os apoios têm como foco a promoção da cultura presente nas regiões por onde passam as rodovias administradas pela Companhia. Os principais projetos para os quais foram destinados recursos de R\$ 832 mil em 2010 foram: Associação Musical de Ribeirão Preto (Orquestra Sinfônica); Fundação Bienal de São Paulo; Fundos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente; Associação Marcos Mercadante de Judô e Matriz Organização de Eventos (Projeto Opera La Bohème).

## **AGRADECIMENTOS**

A Intervias gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **Relacionamento com Auditores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

### **Declaração da Diretoria**

Na qualidade de Diretores da Intervias, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes;



e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Araras/SP, 31 de dezembro de 2010

---

A Administração

<b>Veículos Equivalentes</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>Var% 2010/2009</b>
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S/A	56.858.906	51.628.066	10,1%

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**  
(em R\$ Mil)

	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>Var% 2010/2009</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>293.046</b>	<b>260.906</b>	<b>12,3%</b>
Receitas de pedágio	272.631	238.619	14,3%
Receitas de obras	16.703	18.739	-10,9%
Receitas acessórias	3.712	3.548	4,6%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(24.045)</b>	<b>(21.080)</b>	<b>14,1%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>269.001</b>	<b>239.826</b>	<b>12,2%</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>(108.557)</b>	<b>(89.346)</b>	<b>21,5%</b>
Custo dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(76.501)	(55.751)	37,2%
Custo dos serv. de construção	(16.703)	(18.739)	-10,9%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(15.107)	(14.346)	5,3%
Despesas tributárias	(115)	(57)	101,8%
Remuneração da administração	(708)	(609)	16,3%
Outras receitas operacionais líquidas	577	156	269,9%
<b>EBITDA</b>	<b>160.444</b>	<b>150.480</b>	<b>6,6%</b>
<b>DEPRECIações, AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES</b>	<b>(14.741)</b>	<b>(13.821)</b>	<b>6,7%</b>
Depreciação de imobilizado	(344)	(340)	1,2%
Amortização do intangível	(14.397)	(13.481)	6,8%
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(19.881)</b>	<b>(22.741)</b>	<b>-12,6%</b>
Receitas financeiras	35.164	25.345	38,7%
Despesas financeiras	(55.045)	(48.086)	14,5%
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>125.822</b>	<b>113.918</b>	<b>10,4%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(40.964)</b>	<b>(35.737)</b>	<b>14,6%</b>
Corrente	(36.002)	(25.985)	38,5%
Diferido	(4.962)	(9.752)	-49,1%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>84.858</b>	<b>78.181</b>	<b>8,5%</b>



<b>EBITDA AJUSTADO</b>			
<b>(em R\$ Mil)</b>			
	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>Var% 2010/2009</b>
<b>EBITDA</b>	<b>160.444</b>	<b>150.480</b>	6,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	31.143	12.694	145,3%
<b>EBITDA Ajustado <sup>1</sup></b>	<b>191.587</b>	<b>163.174</b>	17,4%

<sup>1</sup> Considera ajuste referente à provisão p/ manut. de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Obs: O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.